



## Líderes fecham acordo para votar em julho projeto que regulamenta a Emenda 29, sem novo imposto



JOÃO BATISTA

A decisão de votar a regulamentação da Emenda 29, que prevê mais recursos para a saúde, foi tomada ontem em reunião da Colégio de Líderes com o presidente Marco Maia

## Regras para licitações em obras da Copa vão a Plenário mesmo sem consenso, diz Marco Maia

PÁGINA 3

### PLENÁRIO | 3

Câmara aprova MP que autoriza União a conceder crédito de R\$ 55 bi para BNDES aumentar sua capacidade de financiamento

### TELECOMUNICAÇÕES | 8

Deputados pedem fim da assinatura básica na telefonia fixa; Anatel recebe críticas por considerar cobrança necessária às operadoras

### ECONOMIA | 6

Parlamentares querem ampla campanha para alertar aposentados sobre impactos do crédito consignado na vida financeira pessoal

# agenda

QUARTA-FEIRA  
15 de junho de 2011

## Produção leiteira

A Frente Parlamentar Ambientalista discute, em café da manhã, a produção leiteira sustentável. Restaurante do Senac na Câmara (sala VIP, 10º andar, 8h30)

## Energia elétrica

Mesa redonda da Comissão de Defesa do Consumidor para discutir as tarifas de energia elétrica e o PDC 10/11, que susta os efeitos normativos do ato da diretoria da Aneel, que negou o direito dos consumidores brasileiros de serem ressarcidos do erro da metodologia de cálculo que elevou ilegalmente as tarifas de energia elétrica. Plenário 8, horário a definir

## Catástrofes

A Comissão Especial de Medidas Preventivas Diante de Catástrofes Climáticas recebe o chefe da Representação Regional para as Américas da Estratégia Internacional de Redução de Desastres das Nações Unidas, Ricardo Mena. Chapelaria da Câmara, 10h

## Migração

A Comissão de Relações Exteriores discute, entre outros temas, os obstáculos opostos pelas autoridades espanholas ao ingresso na Espanha de brasileiros regularmente documentados; e a situação política dos países do Norte da África e do Oriente Médio. É convidado o ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota. Plenário 3, 11h

## Violência nas escolas

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias discute a violência nas escolas. Plenário 9, 14h

## Educação

A Comissão Especial sobre o Plano Nacional de Educação debate a proposta com o ministro da Educação, Fernando Haddad. Plenário 10, 14h30

## Terceirização

A Comissão Especial sobre Trabalho Terceirizado discute o tema com lideranças sindicais. Plenário 13, 14h30

## Decoro parlamentar

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar reúne-se para instauração do Processo 2/11, que é a representação 06/11, do Psol, contra o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ). Plenário 7, 14h30

## E-democracia

Lançamento da comunidade Políticas Públicas de Combate às Drogas no portal E-Democracia pela Comissão Especial sobre Políticas Públicas de Combate às Drogas. É convidado o presidente da Câmara, Marco Maia. Salão Verde, 14h30

## Metas fiscais

A Comissão Mista de Orçamento discute as metas fiscais do País com o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin. Plenário 2, 15h

## Corrupção

A Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção reúne-se com o presidente Marco Maia e com os presidentes da Comissão de Constituição e Justiça, deputado João Paulo Cunha (PT-SP); e de Seguridade Social, deputado Saraiva Felipe (PMDB-MG). Sala da Presidência da Câmara, a partir das 15h.

## Brasil-Europa

A Câmara, o Senado e o Grupo Parlamentar Brasil-União Europeia promovem o XVIII Fórum Brasil-Europa. Auditório Nereu Ramos, 17h

## SESSÃO SOLENE



A sessão, realizada ontem na Câmara, homenageou os cem anos de fundação da Assembleia de Deus

# Parlamentares destacam função social da Assembleia de Deus

A história e a função social da igreja evangélica Assembleia de Deus foram ressaltadas por parlamentares de diversos partidos ontem na Câmara. Em sessão solene que homenageou os cem anos de fundação da congregação, os deputados Paulo Freire (PR-SP), Ronaldo Nogueira (PTB-RS) e João Campos (PSDB-GO), entre outros, destacaram principalmente a participação da igreja na vida política do País e os trabalhos sociais realizados pelos assembleianos.

A Assembleia de Deus surgiu no Brasil em 18 de junho de 1911, por iniciativa dos missionários suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren. Vindos dos Estados Unidos, eles haviam aportado em Belém (PA) no ano anterior, com a missão de pregar o Evangelho em uma terra distante. De Belém, a igreja se difundiu por todo o País. Hoje a instituição conta com cerca de 200 mil templos em todos os estados e aproximadamente 20 milhões de seguidores, segundo dados citados na sessão por Pau-

lo Freire.

“Esses cem anos são dignos de uma epopeia. Os pastores suecos lançaram em nossas terras a crença de que, com fé e trabalho, é possível ver a determinação de Deus dia após dia. Houve perseguição política e religiosa implacável, mas os fundadores jamais desanimaram”, observou.

Em relação à participação da igreja na vida política do País, o deputado João Campos afirmou que o segmento evangélico contribui com a Nação ao se fazer representar na Câmara e no Senado. “A igreja presta colaboração de interesse público para este País. Temos anunciado a boa nova em todos os lugares”, disse Campos. Para Paulo Freire, essa participação se justifica em razão da necessidade que todos os segmentos sociais têm de se fazer ouvir pelos Poderes.

**Trabalhos sociais** - Entre os trabalhos sociais executados pela Assembleia de Deus, Paulo Freire destacou a reabilitação de usuários de drogas e a inserção de jovens no mercado de traba-

lho. Já Ronaldo Nogueira citou a existência, em Porto Alegre (RS), de clínica de atendimento a crianças soropositivas, de asilo e de casa de acolhimento de dependentes químicos, todos ligados à igreja. “A assembleia chega a cidadãos que não seriam alcançados pelas políticas públicas de Estado”, disse Nogueira.

Os parlamentares lembraram ainda o uso que a Assembleia de Deus faz dos meios de comunicação para divulgar sua doutrina. Zequinha Marinho (PSC-PA), no entanto, observou que, apesar dessa facilidade, a igreja convive hoje com desafios relacionados às drogas e à criminalidade crescente. Os desafios, segundo o presidente da Convenção das Assembleias de Deus no Brasil, pastor Jose Wellington da Costa, estendem-se ao Parlamento. Ele pediu aos deputados que não aprovelem propostas que, segundo ele, trariam contrariedades ao País, como a institucionalização da prostituição como profissão e o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

### Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 54ª Legislatura

Presidente: **Marco Maia (PT-RS)**

1ª Vice-Presidente

**Rose de Freitas (PMDB-ES)**

2ª Vice-Presidente

**Eduardo da Fonte (PP-PE)**

1º Secretário

**Eduardo Gomes (PSDB-TO)**

2º Secretário

**Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP)**

3º Secretário

**Inocêncio Oliveira (PR-PE)**

4º Secretário

**Júlio Delgado (PSB-MG)**

Suplentes

**Geraldo Resende (PMDB-MS), Manato (PDT-ES), Carlos Eduardo Cadoca (PSC-PE) e Sérgio Moraes (PTB-RS)**

Ouvidor Parlamentar

**Miguel Corrêa (PT-MG)**

Procurador Parlamentar

**Nelson Marquezelli (PTB-SP)**

Diretor-Geral

**Rogério Ventura**

Secretário-Geral da Mesa

**Sérgio Sampaio de Almeida**

### SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Diretora: **Sueli Navarro**

(61) 3216-1500

secom@camara.gov.br

### Jornal da Câmara

Diretora

**Simone Ravazzoli**

Editora-chefe

**Rosalva Nunes**

Editores

**Maria Clarice Dias**

**Ralph Machado**

Diagramadores

**Guilherme Rangel Barros**

**José Antonio Filho**

**Roselene Guedes**

Ilustrador

**Renato Palet**

jornal@camara.gov.br | Redação: (61) 3216-1660 | Distribuição: (61) 3216-1826

Impresso na Câmara dos Deputados (DEAPA / CGRAF) em papel reciclado

# Nova regra para as licitações da Copa causa embate entre governo e oposição

Carol Siqueira

O governo quer aprovar hoje regras mais flexíveis para as contratações de obras e serviços da Copa e da Olimpíada, o Regime Diferenciado de Contratações (RDC). O tema foi incluído por emenda na Medida Provisória 527/11, que cria a Secretaria de Aviação Civil.

Mas ainda não há acordo para a votação do tema, que enfrenta restrições da oposição. Os líderes do DEM, deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (BA), e do PSDB, deputado Duarte Nogueira (SP), devem se reunir hoje pela manhã para decidir se a oposição, contrária às regras flexíveis, vai obstruir os trabalhos ou se vai requerer a votação nominal desse item.

O governo está preparado para uma votação conturbada e disse que não vai voltar atrás no texto. “O governo não vai retirar o RDC da MP 527. Nós vamos discutir esse tema de tarde, de noite e provavelmente até de madrugada”, disse o líder do governo, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP).

O presidente da Câmara, Marco Maia, disse que os partidos têm até hoje para tentar um acordo. “Não havendo acordo, vai à votação e cada um vai expressar sua opinião”, disse o presidente.

**Tentativas** - A sessão de hoje promete debate acirrado. É a quinta vez que se cogita votar as novas regras para as licitações, antes incluídas e depois retiradas das Medidas Provisórias 489/10, 503/10, 510/10 e 521/10.

A primeira proposta foi apresentada em maio de 2010. De lá até agora, o texto já foi negociado com parlamentares e com os órgãos de controle, como o



O Plenário deve analisar hoje a MP 527/11, que inclui novas regras de licitações

Tribunal de Contas da União (TCU), mas a oposição continua contrária. “O texto já melhorou, mas o governo não aceita avançar além da redação atual”, disse Antonio Carlos Magalhães Neto.

Duarte Nogueira afirmou que o texto ideal deve suprimir o regime de contratação integrada, que chamou de “cheque em branco”. Principal invocação do RDC, esse regime de contratações torna a empresa contratada responsável pela elaboração dos projetos básico e executivo, além da realização do objeto. Hoje, projeto e objeto são contratados em licitações diferentes.

“É como dar uma folha em branco para um pedreiro. Isso vai abrir uma margem de insegurança jurídica jamais vista no nosso País”, disse o líder do PSDB.

**Polêmicas** - Nogueira também criticou o argumento do governo de que as regras mais flexíveis são necessárias para permitir o cumprimento do calendário

dos jogos. “O Brasil sabe há 43 meses que será sede da Copa e nesse tempo não foi possível realizar um projeto básico?”, ironizou.

O governo, por outro lado, defende o regime de contratação integrada, argumentando que isso não vai favorecer, como diz a oposição, mas prejudicar as empreiteiras. “As empreiteiras não querem o RDC porque vão se responsabilizar pelo projeto e, assim, não terão margem para regimes sucessivos”, defendeu Vaccarezza.

O PPS já anunciou que vai ao Supremo Tribunal Federal caso o governo aprove o Regime Diferenciado de Contratações. O partido vai questionar a inclusão da emenda num texto de temas diferentes, caracterizando o “contrabando”. Além disso, vai fundamentar a ação de inconstitucionalidade com um parecer do Ministério Público que aponta ilegalidades na proposta.

## Emenda 29, sem nova CPMF, deve ser votada em julho

O presidente da Câmara, Marco Maia, anunciou ontem que houve acordo para colocar em votação no próximo mês o projeto que regulamenta a Emenda 29 e destina mais recursos para a saúde (PLP 306/2008). “Há um acordo entre todos os líderes e a minha proposta é votar até 15 de julho”, disse.

O Plenário já começou a analisar o substitutivo do deputado Pepe Vargas (PT-RS) ao texto, mas a votação não foi concluída porque falta a análise de um destaque apresentado pelo DEM, na tentativa de inviabilizar a criação da Contribuição Social da Saúde (CSS). Segundo o texto atual, o tributo teria os moldes da extinta CPMF, mas Marco Maia garantiu que não haverá criação de imposto.

“Não há nenhuma possibilidade de votação de criação de novos impostos. Vamos votar a redistribuição dos recursos para a saúde sem novo imposto”, disse o presidente. Ele afirma que esse será um dos temas discutidos com a nova ministra da Secretaria de Relação Institucionais, Ideli Salvatti, que visitará hoje a Câmara, às 11h30.

Também hoje, de acordo com Maia, a Câmara deve votar o projeto de resolução que remaneja cargos da estrutura administrativa para as lideranças partidárias (PRC 50/11).

**Pronatec** - O presidente informou ainda que vai pedir ao Executivo que retire a urgência da proposta que cria o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) – PL 1209/11 – para não inviabilizar a votação de outros projetos em sessões extraordinárias.

Se a urgência for retirada, disse Maia, a Câmara conseguirá votar outros projetos, e não apenas MPs. “A votação do Pronatec está indo bem, então não há motivos para resistência do governo”, disse. (CS)

## Plenário aprova empréstimo de R\$ 55 bi ao BNDES

Eduardo Piovesan

O Plenário aprovou ontem a Medida Provisória 526/11, que autoriza a União a conceder crédito de R\$ 55 bilhões ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para aumentar sua capacidade de financiamento. A matéria, aprovada na forma do projeto de lei de conversão do deputado Arthur Lira (PP-AL), será analisada ainda pelo Senado.

Com esse novo aporte de

recursos, o banco passa a ter R\$ 144 bilhões disponíveis para empréstimos a projetos de longo prazo de empresas nacionais neste ano.

Segundo o governo, devido ao crescimento consistente da economia brasileira, a demanda por financiamentos do banco aumentou muito, mas medidas de racionalização devem baixar a expectativa de financiamentos neste ano de R\$ 158,7 bilhões para R\$ 145 bilhões.

O crédito será liberado na forma de títulos da dívida federal emitidos pelo Tesouro Nacional diretamente ao banco. A remuneração será a Taxa de Juros

de Longo Prazo (TJLP), atualmente em 6% ao ano.

**Juros** - Outra ajuda da União ao BNDES é o aumento do volume de financiamentos do banco que terão sua taxa de juros subsidiada. Com mais R\$ 74 bilhões, o total de financiamentos do BNDES com subsídio da União passa a ser de R\$ 208 bilhões.

O relator aceitou emendas da oposição e retirou do texto a possibilidade de o Executivo prorrogar, por decreto, o prazo máximo de contratação. Entretanto, ele estendeu esse prazo, que passou de 31 de dezembro de 2011 para

30 de junho de 2012.

Entre os segmentos beneficiados pela proposta, Lira incluiu as estruturas para exportação de granéis líquidos. Segundo a MP original, contam com juros subsidiados os empréstimos destinados à aquisição e produção de bens de capital, incluídos os componentes e serviços tecnológicos relacionados à produção de bens de consumo para exportação. Também são beneficiados o setor de energia elétrica, os projetos de engenharia e de inovação tecnológica.

# Câmara pode votar propostas prioritárias das comissões em julho, diz Marco Maia

Sílvia Mugnatto

Presidentes das comissões permanentes da Câmara apresentaram ontem ao presidente da Câmara, Marco Maia, uma lista de projetos considerados prioritários para votação pelo Plenário. Segundo o presidente da Câmara, alguns desses projetos poderão ser votados no início de julho. Marco Maia pediu aos presidentes das comissões que cheguem a duas ou três sugestões de consenso para serem apresentadas ao Colégio de Líderes.

“Esta é uma iniciativa nova na Câmara, que é ouvir os presidentes de comissões e dar a eles a condição de contribuir com a montagem da pauta de votações do Plenário. Todos os presidentes têm experiência, são deputados que têm clareza política e, portanto, podem e devem contribuir enormemente para a votação de projetos dentro da Casa”, disse Marco Maia.

Entre as propostas citadas pelos presidentes de comissão está o Projeto de Lei 1209/11, do Poder Executivo, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Esse projeto foi considerado prioritário pelas comissões de Educação e Cultura; de Finanças e Tributação; e de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. A matéria tramita em urgência constitucional e tranca a pauta do Plenário.

**Policiais e bombeiros** - A criação de um piso salarial nacional para policiais e bombeiros militares dos estados, prevista nas propostas de emenda à Constituição (PECs) 300/08 e 446/09, foi citada como prioridade pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

A Câmara já aprovou em primeiro turno uma emenda que cria o piso e estabelece que uma lei federal definirá o



Marco Maia e presidentes de comissões permanentes durante a reunião

valor. A mesma lei criará um fundo para ajudar os estados a cumprir o novo piso, disciplinando o funcionamento desse

fundo e os recursos a ele destinados.

O presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço

Público, deputado Silvio Costa (PTB-PE), defendeu uma solução rápida para a PEC, mas afirmou que os estados não teriam condições de arcar com o aumento dos salários. “Estamos brincando com fogo com relação à PEC 300. Os estados não têm dinheiro para pagar e não podemos ficar prolongando esse assunto.”

**Emenda 29** - O presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, deputado Saraiva Felipe (PMDB-MG), disse que a regulamentação da Emenda Constitucional 29 (PLP 306/08) é prioridade, mas reclamou da pressão de parlamentares que querem aprovar a Contribuição Social para a Saúde (CSS), no modelo da extinta CPMF.

Já o presidente da Comissão de Viação e Transportes, deputado Edson Ezequiel (PMDB-RJ), afirmou que a Câmara precisa dar prioridade a projetos relacionados à infraestrutura para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

**Comissões especiais** - Um dos assuntos discutidos na reunião foi a criação de comissões especiais para analisar projetos de lei e propostas de emenda à Constituição. Marco Maia disse que 140 pedidos de comissão especial estão em análise no seu gabinete.

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), deputado João Paulo Cunha (PT-SP), lembrou que há um projeto que dá à CCJ o poder de avaliar o mérito de PECs. Segundo ele, a aprovação pode reduzir a quantidade de comissões especiais e acelerar as votações.

O presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, deputado Giovani Cherini (PDT-RS), sugeriu a regulamentação das frentes parlamentares. Para ele, o excesso de frentes enfraquece o trabalho das comissões permanentes.

## Deputados pedem regras sobre projetos autorizativos

Durante a reunião, a presidente da Comissão de Educação e Cultura, deputada Fátima Bezerra (PT-RN), pediu uma orientação geral da Presidência da Câmara sobre os projetos de lei autorizativos – aqueles que autorizam, por exemplo, a criação de escolas e de universidades pelo Poder Executivo.

Ela lembrou que, atualmente, a comissão transforma esses projetos em indicações para o Executivo. A deputada disse, no entanto, que diversos parlamentares reclamam que essa orientação é diferente em outras comissões.

**Rejeição** - No caso da Comissão de Finanças e Tributação, os projetos autorizativos são rejeitados porque geralmente criam despesas para o governo sem prever receitas, o que contraria a Lei de Responsabilidade Fiscal. O presidente da comissão, deputado Claudio

Puty (PT-PA), pediu a Marco Maia uma súmula que autorize a rejeição desses projetos antes de eles serem incluídos na pauta do colegiado.

Puty argumentou que essa medida reduziria o número de projetos e facilitaria o trabalho da comissão. Atualmente, 1.534 propostas aguardam análise, sendo que 48 estão na pauta. Puty também reclamou da grande quantidade de requerimentos apresentados.

**Incentivos** - Ainda em relação aos projetos autorizativos, o presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), lembrou que o Orçamento de 2011 é o primeiro a prever recursos para projetos de isenção fiscal. Ele disse que, por esse motivo, alguns projetos que autorizam a concessão de incentivos poderiam ser aprovados no Congresso. (SM)

## PECs estão entre os destaques para análise

Outras quatro propostas de emenda à Constituição estão entre as prioridades das comissões permanentes da Câmara, que incluem a análise de dezenas de proposições. A Comissão de Direitos Humanos e Minorias, por exemplo, defende a votação da PEC 438/01, contra o trabalho escravo.

A Comissão de Legislação Participativa apoia a PEC 478/10, que iguala os direitos de empregados domésticos aos demais trabalhadores na Consolidação das Leis do Trabalho.

Para a Comissão de Desenvolvimento Urbano, a prioridade é a PEC 56/07, que restitui aos estados o direito de legislar sobre a criação de municípios.

Por fim, a Comissão de Educação e Cultura sugeriu a votação da PEC 150/03, que prevê a destinação obrigatória de pelo menos 2% do Orçamento da União para a cultura.

**Projetos de lei** - As comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado defen-

dem a votação do PL 84/99, que tipifica os crimes cibernéticos (roubo de senhas, disseminação de vírus, invasão de sites e divulgação de informações sigilosas, entre outros). Os deputados analisam substitutivo do Senado ao texto aprovado pela Câmara em 2003.

Para a Comissão de Educação e Cultura, é importante a discussão do PL 3776/08, que muda a regra do reajuste do piso salarial nacional dos professores da educação básica da rede pública. A proposta foi aprovada pela Câmara em

2009. Os deputados analisam as mudanças feitas pelo Senado.

**Economia** - Entre as proposições com impactos econômicos, a Comissão de Finanças e Tributação sugere a votação do PLP 591/10, que amplia os limites de enquadramento no Super-simples, beneficiando micro e pequenas empresas. A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio defende, por sua vez, a votação do PL 6229/05, que reformula a Lei de Falências.

# Reforma política: financiamento público exclusivo de campanha recebe apoio

Rodrigo Bittar

O debate realizado ontem pela Comissão Especial da Reforma Política indicou a tendência de o colegiado apoiar o financiamento público exclusivo de campanha, vedar a apresentação de candidaturas avulsas para os cargos eletivos e manter a regra atual da quantidade de candidatos por legenda.

Os temas foram discutidos pelos deputados e o resultado da reunião será levado ao relator, Henrique Fontana (PT-RS). O presidente da comissão, deputado Almeida Lima (PDMB-SE), confia que o relatório será apresentado até o fim do mês por Fontana.

A tendência referente ao financiamento público já havia sido explicitada anteriormente pelos integrantes da comissão, que associam o instrumento à adoção da lista fechada e preordenada de candidatos. A novidade de ontem foi a polêmica em torno das candidaturas avulsas. “Os partidos políticos não são os suprassumos da democracia, não devem ser vistos como o instrumento único pelo qual a população deve escolher o seu representante. Há casos em que os partidos vedam a entrada de candidato que tem muitos votos por ele colocar em risco a eleição de alguém da cúpula partidária”, afirmou Almeida Lima, um defensor do instrumento.

**Candidatura avulsa** - O deputado Reguffe (PDT-DF) também sugeriu a



A proposta de candidatura avulsa, sugerida pelo deputado Reguffe (D), foi um dos temas discutidos na reunião de ontem da comissão especial

possibilidade de candidatura avulsa, desde que haja um limitador para “dar densidade e respaldo” à iniciativa. Ele entende que o interessado pelo cargo eletivo só poderia oficializar sua intenção se obtivesse assinaturas

correspondentes a pelo menos 1% do eleitorado do cargo que vai disputar. “É justo, democrático e legítimo que alguém que não se identifique com nenhum partido possa se inserir politicamente e tenha o direito de

também ser representante, e não só representado”, declarou.

A proposta chegou a ser ironizada por outros deputados. “Em um país com quase 30 partidos é quase impossível que alguém não se identifique com um”, disse William Dib (PSDB-SP). “A candidatura avulsa vai contra todos os itens da reforma política, que busca fortalecer os partidos”, acrescentou.

O deputado Sandro Alex (PPS-PR) questionou como seria a aplicação do financiamento público exclusivo no caso das candidaturas avulsas, uma vez que em todos os modelos estudados o repasse é feito aos partidos políticos. Sandro Alex disse que, se um candidato conseguisse cumprir o requisito proposto por Reguffe, ele “estaria praticamente eleito”.

Já o deputado Fernando Ferro (PT-PE) preferiu relativizar a divergência e atribuiu sua posição contrária às candidaturas avulsas ao “momento histórico” da democracia brasileira. “A candidatura avulsa é uma exaltação ao individualismo e ao personalismo”, definiu.

“Primeiro, nós devemos experimentar o fortalecimento da democracia partidária, e sua evolução pode até culminar com a candidatura avulsa e o voto facultativo, mas eu acho que a experiência política brasileira não torna aconselhável a adoção da candidatura avulsa”, acrescentou.

## Lista de candidatos

Em relação à quantidade de candidatos que podem ser registrados pelos partidos, a única divergência no debate foi manifestada por Almeida Lima. Enquanto todos os deputados que se pronunciaram consideraram adequada a regra atual, que permite à legenda lançar um número equivalente a 150% das vagas em disputa para os cargos proporcionais, o deputado acha que essa quantidade aumenta a disputa interna nos partidos. Ele sugeriu que a quantidade de candidatos seja igual à das cadeiras em disputa. **(RB)**

## CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### Crédito de assentamentos para agricultor familiar vai ao Senado

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou ontem a extensão dos benefícios do crédito rural especial, assegurado ao produtor assentado em área de reforma agrária, aos agricultores familiares.

A proposta consta do Projeto de Lei 197/99, do Senado. As linhas desse crédito especial contemplam vantagens na taxa de juros, no prazo de pagamento, na carência e na exigência de garantias.

O relator, deputado Dilceu Sperafico (PP-PR), que recomendou a aprovação da matéria, suprimiu o prazo para implantação das mudanças, e explicou que já há decisão do Supremo Tribunal Federal dizendo que o Legislativo não pode instituir tempo para que o Executivo exerça

uma prerrogativa.

**Tramitação** - O texto havia sido aprovado pelas comissões de Agricultura; e de Finanças, mas como cada um dos colegiados fez uma modificação o projeto terá de retornar ao Senado. A emenda aprovada pela Comissão de Agricultura determina que as condições do crédito rural especial para os assentados em áreas de reforma agrária sejam estabelecidas em limites pelo menos 40% inferiores aos parâmetros fixados para os agricultores familiares, por um período de até cinco anos.

Já a Comissão de Finanças eliminou dispositivo que instituiria uma equivalência por produto nos financiamentos, e alterou as definições de área para o enquadramento dos agricultores.

## PLENÁRIO

### Bullying

Pautado em fatos como o ocorrido na escola de Realengo, no Rio de Janeiro, Jungi Abe (DEM-SP) informou ter protocolado na Mesa projeto que dispõe sobre o crime de intimidação vexatória. O projeto pretende encampar todas as atividades que constituem o bullying, desde as ofensas até lesões corporais e agressões psicológicas. Segundo o deputado, o texto prevê aplicações penais que aumentam de acordo com a gravidade do crime. Intimidação vexatória pela internet ou pelos meios de comunicação de massa terá pena maior.

### Vale-Cultura

João Paulo Lima (PT-PE) defendeu a aprovação do Vale-Cultura, que concede um benefício de R\$ 50 a trabalhadores que ganham até cinco salários mínimos para que eles tenham acesso a serviços culturais, como teatros, shows e exposições. “A cultura é importante para a economia, como um instrumento de mobilização e conhecimento”, avaliou. O deputado lembrou a importância de manifestações como as festas de São João e carnaval, que fomentam a economia e estimulam o turismo regional e internacional.

### Assistência

Raul Lima (PP-RR) pediu atenção especial do governo federal ao estado de Roraima, que passa por momento crítico em razão de cheias do rio Branco. “Boa Vista está pouco a pouco sendo inundada”, disse. A catástrofe em Roraima, na opinião do deputado, assemelha-se aos grandes desastres do País. No entanto, por ser um dos menores estados da Federação, não tem recebido o apoio necessário.

# Meta do PNE para o ensino profissional vai ser alvo de emenda em comissão especial

O deputado Artur Bruno (PT-CE) afirmou ontem que estuda, em conjunto com o relator Angelo Vanhoni (PT-PR), uma nova meta para o ensino profissional no Plano Nacional de Educação (PNE – PL 8035/10). Bruno classificou como tímidas as metas do governo para o ensino profissional previstas na proposta. O projeto prevê, até 2020, a duplicação das matrículas da educação profissional técnica de nível médio, além da oferta de pelo menos 25% das vagas da educação de jovens e adultos de forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no nível médio. Bruno adiantou que deverá propor no mínimo a triplicação do número de matrículas da educação profissional técnica de nível médio nesta década.

“O Brasil sofre hoje um apagão de mão de obra qualificada. O País já começa a importar trabalhadores porque não investimos no momento certo nesses profissionais. E temos agora a possibilidade de fazê-lo. Por isso, precisamos investir bem mais na educação profissional que em outras modalidades de ensino”, argumentou.

As declarações foram feitas durante reunião sobre o tema promovida pela



A comissão especial que analisa o Plano Nacional de Educação discutiu ontem as metas da proposta relacionadas à educação profissional

comissão especial destinada a analisar a proposta de PNE, com metas do setor para os próximos dez anos. Este foi o 13º encontro do grupo, que vem realizando debates sobre aspectos diferentes da proposta, como educação especial e financiamento das políticas de educação. Hoje, o ministro da Educação, Fernando Haddad, irá se encontrar com o colegiado para debater a proposta do governo.

**Universalização** - A professora da Universidade Federal do Paraná Acácia

Zeneida Kuerzer, que participou do debate, também pediu ampliação das metas do governo. Ela destacou outro objetivo da proposta – a universalização, até 2016, do atendimento escolar para os adolescentes de 15 a 17 anos.

Segundo a especialista, não deveria haver limites etários para a meta de atendimento. Ela lembrou que metade das pessoas que hoje frequentam o ensino médio no País têm 18 anos ou mais. “A proposta do governo não condiz com a nossa realidade”, disse.

Para Acácia, a oferta de ensino médio profissionalizante é um direito geral e a garantia de vagas a todos os interessados deve ser uma meta do governo para as próximas décadas. “Devemos chegar à universalização do ensino profissional, nem que leve 30 ou 40 anos. O importante é garantir esse direito a todos os brasileiros e brasileiras que queiram”.

Além do PNE, tramita na Câmara outra proposta do governo que garante investimentos de pelo menos R\$ 1 bilhão em educação profissional (PL 1209/11). O projeto, que cria o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), prevê oferta de bolsas para estudantes, garantia de financiamento na rede privada de ensino e expansão das vagas em escolas públicas.

A medida é vista com simpatia por Acácia Kuerzer, mas, segundo ela, é necessário um esforço grande do governo para acabar com a defasagem do País na oferta de ensino profissional com qualidade. “Tudo que se faça no Brasil em termos de expansão do ensino médio integrado com o profissional é sempre pouco, dado o tamanho da necessidade que temos”, afirmou.

## PLENÁRIO

### Manoel Junior apresenta plano de desenvolvimento para a Paraíba

A Paraíba foi excluída da boa fase de desenvolvimento econômico e social ocorrida no País de 2003 a 2008, lamentou em Plenário o deputado Manoel Júnior (PMDB-PB). Segundo ele, o estado tende a se tornar um dos mais pobres da Federação, se nada de relevante for feito. Como forma de reverter a situação, o parlamentar defendeu um conjunto de ações que envolvem a iniciativa privada e os governos federal, estadual e municipais. A proposta apresentada por Manoel Júnior para garantir o crescimento da Paraíba, feita com a contribuição do reitor da Universidade Federal da Paraíba, Rômulo Soares Polari, prevê, entre outros itens, crescimento da renda per capita à taxa média de 6% ao ano; expansão e diversificação das oportunidades de acesso à arte e à cultura; qualificação e eficiência dos sistemas de segurança pública, ensino



básico, saúde e saneamento; complementação do sistema de estradas asfaltadas; e construção de aeroporto no sertão paraibano.

“É preciso livrar o Nordeste, em especial a minha Paraíba, do estigma da involução socioeconômica anunciada, que vive a lhe rondar”, afirmou o deputado, ao defender também a criação do Programa de Aceleração do Desenvolvimento do Nordeste, com investimento em infraestrutura; em educação, ciência e tecnologia; e no sistema produtivo nordestino. A aplicação anual do programa seria de R\$ 8 bilhões ao ano, até 2018.

### Professora Marcivânia quer fortalecimento da educação pública

O aumento dos investimentos na Amazônia, o fortalecimento da educação pública e a inclusão social foram apontados pela deputada Professora Marcivânia (PT-AP) como ações prioritárias para o desenvolvimento do País. “A educação pública gratuita deve merecer o esforço de todos nós, para que possamos aprimorar seus mecanismos, racionalizar seus procedimentos e custos, de modo a torná-la acessível a todos”, afirmou a deputada, para quem é necessário acelerar o processo de implementação das diretrizes educacionais pelo governo. A inclusão social, afirmou, deve ser vinculada à educação para garantir melhores resultados.

Na Amazônia, segundo a deputada, há poucos investimentos nas universidades, na qualificação acadêmica e científica dos professores, “o que resulta em falta de pesquisadores que poderiam



produzir conhecimento e tecnologia adequados à realidade da região”.

Professora Marcivânia, que está deixando à Câmara em virtude de decisão da Justiça que garantiu a posse da deputada Janete Capiberibe (PSB-AP), lembrou sua trajetória política, iniciada em Santana (AP), e disse que sua maior tristeza ao sair da Casa é em relação aos eleitores. “É em nome deles que guardo uma dose de frustração por ter adiado esse sonho de provar que a política, quando feita de forma diferente, pode ser um instrumento efetivo de mudança social e política e de engrandecimento social.”

# Deputados pedem campanha para alertar idosos sobre empréstimos consignados

Vania Alves

Deputados da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado querem que seja feita uma ampla campanha nacional para alertar os aposentados sobre o risco do empréstimo consignado na vida financeira. A proposta resulta de audiência pública realizada ontem na Câmara com representantes do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e de bancos, além de defensores de direitos de idosos e policiais.

O empréstimo com desconto direto na folha de pagamento de benefícios do INSS foi autorizado em 2003. Desde 2004, já movimentou R\$ 98 bilhões, sendo R\$ 47 bilhões em empréstimos ativos. Mais da metade desses empréstimos são feitos por pessoas que recebem um salário mínimo. O pagamento não pode ser superior a 30% do benefício.

**Golpes** - Ex-titular de uma delegacia de atendimento a idosos e autor do requerimento para a realização do encontro, o deputado Marllon Sampaio (PMDB-PI) disse que são extremamente comuns os golpes aplicados contra idosos, sobretudo no interior dos estados. Ele observou que, como não conseguem ter agências em todas as cidades, os bancos terceirizam o serviço para financeiras, que contratam correspon-

dentes, chamados de “pastinhas”.

O deputado afirmou que muitos desses “pastinhas” cometem fraudes. Segundo ele, mesmo sem cometer crimes, muitos levam os aposentados a fazer empréstimo que compromete a sobrevivência dos idosos.

“Já que [essas operações] envolvem tanto dinheiro, que se alertem os idosos”, disse Sampaio, ressaltando que não é contra o empréstimo, mas apenas cobra maior transparência por parte das financeiras. Segundo ele, deve ser dado tratamento melhor aos aposentados, bem como exigida mais qualificação dos funcionários que lidam com esses clientes.

**Queixas** - O presidente do INSS, Mauro Hauschild, garantiu que a segurança tem melhorado. Ele explicou que a corregedoria do órgão recebe denúncias de fraude pelo telefone 135. Em 2008 foram 21 mil queixas, sendo 3.700 consideradas procedentes. Em 2010, foram 12 mil, sendo 2.700 procedentes. Nesses casos, o banco tem de ressarcir o correntista.

O representante da Federação Brasileira de Bancos, Frederico de Queiroz, defendeu que os casos de fraude sejam tratados pela polícia porque são exceção. Ele afirmou que a entidade vem aprimorando as regras de segurança e qualificação dos correspondentes



ANTONIO CRUZ

Em 2010, aposentados registraram no INSS 12 mil queixas sobre empréstimos

bancários de acordo com nova regulamentação do Banco Central.

**Riscos** - Para a presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, Karla Cristina Giacomini, o empréstimo consignado coloca em risco a sobrevivência dessas pessoas. Ela afirmou que 80% da renda dessas pessoas vai para a sobrevivência e que o limite de 30% do empréstimo é, portanto, uma ameaça a essas condições.

Karla Giacomini disse que os bancos se aproveitam de uma situação de

fragilização da visão, da memória e da audição para iludir o aposentado. “Embora seja, em tese, um benefício, está sendo mal utilizado, deixando o idoso ainda mais vulnerável ao endividamento e a pessoas de má-fé.”

De acordo com o conselho nacional, o idoso é mais vulnerável à fraude em decorrência da fragilidade física e também porque há um alto índice de analfabetismo. No Piauí, 66% dos idosos são analfabetos. No Espírito Santo são 40%, e no Paraná, 33%.

## Projeto da LDO conta com mais de 3 mil emendas

Janary Júnior

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2012 recebeu 3.010 emendas parlamentares, número considerado expressivo, uma vez que neste ano não há anexo de metas e prioridades na proposta. No ano passado, por exemplo, o projeto da LDO recebeu 2.694 emendas, sendo 1.549 direcionadas ao texto e 1.145 ao anexo de metas.

De acordo com levantamento das consultorias de orçamento da Câmara e do Senado, 637 emendas priorizaram o anexo IV do projeto. Esse anexo agrupa todas as despesas que não podem ser contingenciadas pelo Executivo. Deputados e senadores sugeriram novos programas que não poderão ter os recursos bloqueados em 2012.

O interesse dos parlamentares pelo anexo é uma resposta do Congresso ao Executivo, que neste ano enviou o projeto da LDO sem a parte do anexo construída por meio de emendas parlamentares. O governo alega que o anexo, ao impedir o contingenciamento



LEONARDO PRADO

Líderes partidários discutiram ontem a pauta da Comissão Mista de Orçamento

de despesas discricionárias, acaba engessando a gestão orçamentária.

O relator do projeto, deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG), já iniciou o trabalho de análise das emendas. Pelo cronograma da Comissão Mista de Orçamento, ele deverá entregar o parecer

final até o dia 27.

**Adiamento** - A reunião ordinária da Comissão Mista de Orçamento, marcada para ontem, foi transferida para a próxima terça-feira, às 14h30. O encontro foi cancelado em virtude da falta de acordo dos líderes sobre a pauta de votação.

O motivo é a oposição entre PR e PSDB sobre a fiscalização das obras da Copa do Mundo de 2014 e da Olimpíada de 2016. O deputado Wellington Roberto (PR-PB) propôs a votação de requerimento de sua autoria que cria um grupo de trabalho para acompanhar e fiscalizar os gastos públicos com os eventos esportivos.

No entanto, o deputado Vaz de Lima (PSDB-SP) voltou a afirmar que seu partido é contra o requerimento e vai obstruir sua votação. O PSDB defende que o acompanhamento das obras seja feito pelo Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS), que já existe na estrutura da comissão e é coordenado por Lima.

**Debate** - Hoje, às 15 horas, a Comissão de Orçamento realiza audiência pública com o secretário Nacional do Tesouro, Arno Augustin. O debate, que ocorre no Plenário 2, vai tratar do cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre e da disponibilidade de recursos para os convênios inscritos em restos a pagar.

# Parlamentares defendem fim da cobrança por assinatura básica na telefonia fixa

Geórgia Moraes

Deputados da Comissão de Defesa do Consumidor pediram ontem, em audiência pública, o fim da cobrança da assinatura básica na telefonia fixa. Alguns parlamentares também criticaram a postura da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que considerou a cobrança necessária para cobrir custos das operadoras.

O presidente da comissão, deputado Roberto Santiago (PV-SP), não ficou satisfeito com as explicações das telefônicas e disse que falta independência à Anatel. “Eles estão na defesa das concessionárias. Nós queremos um órgão fiscalizador que tenha a mais completa e absoluta isenção”, criticou. “Se a sociedade não concorda com essa regra, tem que fazer o debate e mudá-la.”

Antes, o superintendente de serviços públicos da Anatel, Roberto Martins, havia ponderado que as despesas fixas das operadoras de telefonia são maiores que as da telefonia móvel. A assinatura básica, segundo ele, tem o objetivo de cobrir esses gastos que independem do número de usuários, como os custos com a depreciação da rede e dos equipamentos. “São despesas mais relevantes que as da telefonia móvel, que tem infraestrutura sem fio e compartilhada”, disse Martins, acrescentando que a assinatura básica



Representantes da Anatel e de empresas de telefonia argumentaram, no debate, que a assinatura básica é necessária para cobrir as despesas da rede

é cobrada em 182 países, segundo a União Internacional de Telecomunicações (UIT). “Apenas Guatemala e Irã não cobram.”

**Metas** - O diretor-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil), Eduardo Levy, acrescentou que a assinatura básica também serve para que as operadoras possam cumprir as metas de qualidade impostas ao serviço, prestado em regime público. Ele afirmou que o fim ou mesmo a redução da assinatura teria forte impacto no setor e causaria desequilíbrio.

As explicações, porém, foram questionadas por deputados presentes. “É um absurdo. A assinatura é injusta, alta e abusiva”, disse Weliton Prado (PT-MG). Também protestaram contra a cobrança os deputados Dimas Ramalho (PPS-SP), Gean Loureiro (PMDB-SC) e Reguffe (PDT-DF).

**Consumidor** - O fim da assinatura básica é o principal motivo de ligações para o Disque Câmara (0800 619 619). A medida está prevista no Projeto de Lei 5476/01, do ex-deputado Marcelo Teixeira, que motivou 540,2 mil ligações para a central no ano passado. O número corresponde a 75,1% de um

## Anatel estuda taxa de R\$ 14 para famílias de baixa renda

O superintendente de serviços públicos da Anatel, Roberto Martins, indormou que o órgão estuda a criação de uma assinatura básica de R\$ 14 para as famílias de baixa renda cadastradas nos programas sociais do governo. Hoje a cobrança é de R\$ 40, em média. Martins disse, em audiência da Comissão de Defesa do Consumidor, que a medida pode ser incluída nas alterações do Plano Geral de Metas de Universalização da Telefonia Fixa, em elaboração pela agência. O plano estabelece metas às concessionárias para o período de 2011 a 2015. (GM)

total de 719,1 mil ligações.

A advogada Flávia Lefèvre, da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor-Protete, defendeu a revisão das tarifas e destacou que o valor da assinatura básica aumentou 2.500% desde a privatização do setor, em 1998. Para Flávia, a cobrança de uma assinatura básica mais cara se justificava pela necessidade de universalizar o serviço. Hoje, com o telefone fixo disponível em todo o País, ela acredita que a taxa poderia ser mais barata.

## Técnicos dizem que futuro da transmissão por satélite está ameaçado

Oscar Telles

Durante seminário realizado ontem para debater o futuro da recepção do sinal de TV por satélite no Brasil, técnicos das emissoras de televisão se manifestaram contra o edital do leilão da faixa de frequência de 3,5 GHz, aprovado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Eles afirmam que essa nova faixa de frequência vai interferir no sinal de televisão captado por antenas parabólicas instaladas no País.

Na avaliação do engenheiro de comunicações da Rede Record André Felipe Trindade, o futuro da transmissão por satélite corre risco depois que a Anatel decidiu colocar em leilão a faixa de 3,5 GHz para ofertar serviços de WiMAX, tecnologia de banda larga sem fio.

Ele citou como situação em que haverá interferências a recepção de eventos internacionais, como a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos. Trindade disse ainda que a utilização de filtros não é suficiente para eliminação da interferência. Segundo ele, a Record sugere que sejam feitos novos estudos com potência de até 30 W.

**Interferência direta** - Já o engenheiro de projetos de telecomunicações da Rede Globo Leonardo Chaves afirmou que a interferência do WiMAX atua independentemente da polarização de recepção de satélite e da frequência em Banda C. Ele disse que a Globo fez testes de até 2 W, potência baixa, e verificou interferência. O edital permite a operação do serviço de banda larga sem fio com potência de até 30 W.

O diretor de regulamentação da operadora de comunicações via satélite

Star One, Luiz Otávio Prates, explicou que a diferença de potência é tão grande que hoje não existe filtro que resolva o problema das parabólicas. “Se o edital da Anatel for adiante vai inviabilizar a parabólica em todo o Brasil”, alertou.

Segundo a diretora da Secretaria de Comunicação Social da Câmara, Sueli Navarro, o sinal do WiMAX também vai interferir na recepção da TV Câmara. Isso, acrescentou, prejudicará cerca de 6 milhões de telespectadores que assistem a TV Câmara pela parabólica.

**Alerta** - De acordo com o diretor-geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Luis Roberto Antonik, há mais de um ano a entidade vem alertando que o WiMAX vai interferir nas parabólicas. Ele ressaltou que cerca de 10 milhões de casas contam apenas com essas antenas para ver televisão. Antonik

lembrou ainda que 22 milhões de domicílios têm antenas parabólicas e pediu ao governo que faça teste para provar que o WiMAX não irá prejudicá-las.

Coordenador da Frente Parlamentar de Comunicação Social, o deputado Milton Monti (PR-SP) também manifestou preocupação com o problema e observou que o governo deveria aprofundar estudos técnicos sobre a interferência nas antenas parabólicas. “Não faz sentido desmontar o que está funcionando”, afirmou.

Para o deputado José Rocha (PR-BA), este não é o momento apropriado para que ocorra a licitação, pois se aproxima a Copa do Mundo e as parabólicas estão funcionando a contento. O seminário foi promovido pela TV Câmara e a Abert.